

dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), pelas formas e medidas abaixo discriminadas, as seguintes competências, de acordo com a legislação em vigor e dentro dos limites das dotações orçamentais atribuídas a cada área de actuação, às entidades referidas no n.º 1:

- a) O abono de horas extraordinárias efectuadas pelo pessoal auxiliar dentro dos limites previstos no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- b) O abono do pessoal de limpeza dentro dos limites fixados pela Direcção-Geral do Orçamento e do horário estabelecido;
- c) Autorizar as deslocações, incluídas as a efectuar por via aérea, no caso das Regiões Autónomas, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas de funcionários, agentes e pessoal contratado que se realizarem por motivo de serviço, incluindo as realizadas por motivo de prova de selecção, cursos e concursos, depois de obtido previamente o cabimento da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros;
- d) Autorizar excepcionalmente os funcionários a utilizar automóvel próprio ou de aluguer nas deslocações em serviço;
- e) Autorizar o reembolso das despesas com transportes públicos e portagens suportadas pelos funcionários nas suas deslocações em serviço quando previamente autorizadas;
- f) Autorizar a deslocação, a pedido dos funcionários, no âmbito dos serviços que lhe estão afectos, devendo dar-se conhecimento da decisão à Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos.

5 — Autorizo os directores de finanças a subdelegar nos directores de finanças-adjuntos as competências referidas nas alíneas a) a c) e e) do n.º 4.

6 — Os montantes das delegações e subdelegações constantes dos números anteriores entendem-se como limitados às dotações orçamentais atribuídas aos respectivos serviços.

7 — Delego, ao abrigo da parte final do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, nos directores de finanças e nos chefes de finanças a competência para a assinatura do termo de aceitação ou para conferir posse ao pessoal respeitante aos serviços deles dependentes e ou que lhes estão afectos.

IV — Substituto legal do director-geral — é substituto legal o sub-director-geral José Hermínio Paulo Rato Rainha.

V — Produção de efeitos — este despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2007, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos no âmbito desta subdelegação e delegação de competências.

18 de Setembro de 2007. — O Director-Geral, *João Ribeiro Elias Durão*.

## Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

### Despacho n.º 22 813/2007

#### Subdelegação de poderes

1 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e ainda do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 18 de Agosto, e no uso de competência que me foi subdelegada, nos termos previstos no n.º 3 do despacho n.º 21 059/2007, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 30 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 12 de Setembro de 2007, subdelego nas subdirectoras-gerais licenciadas Ana Maria Pestana de Deus Morais e Maria Luísa Vicente Teixeira os poderes para praticar todos os actos subsequentes à autorização de deslocações de funcionários em serviço na DGITA ao estrangeiro, como sejam o processamento e o pagamento dos correspondentes abonos ou despesas no âmbito das respectivas áreas de actuação estabelecidas no meu despacho n.º 12 298/2007, de 24 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2007.

2 — Revogo o meu despacho n.º 18 409/2007, de 13 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de Agosto de 2007.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Maio de 2007, ficando ratificados por esta forma os despachos e actos entretanto praticados pelas subdirectoras-gerais acima indicadas no âmbito da presente subdelegação de poderes.

17 de Setembro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Pinto*.

## Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

### Despacho n.º 22 814/2007

Com a publicação da Portaria n.º 351/2007, de 30 de Março, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) e fixadas as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, e com vista a assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2007, o licenciado Jacinto Mariano Bernardo para exercer o cargo de director de serviços de Administração de Benefícios, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotado de competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional, em anexo ao presente despacho.

17 de Setembro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

#### Sinopse curricular

##### I — Nota biográfica:

Nome — Jacinto Mariano Bernardo;

Idade — 56 anos;

Telefone de residência n.º 219323681.

##### II — Habilitações literárias:

1) Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1975, com a média final de 15 valores e qualificação de *Bom*;

2) Curso de pós-licenciatura em Avaliação Económica e Financeira de Projectos Agrícolas, realizado no Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras, no período de 5 de Maio a 26 de Junho de 1981;

3) Curso sobre problemas orçamentais e financeiros das Comunidades Europeias, realizado no Instituto Nacional de Administração (INA) no período de 9 a 27 de Maio de 1983;

4) Disciplina extralicenciatura de Fiscalidade de Empresas (1986).

##### III — Actividade profissional:

###### 1 — Actividade docente universitária:

A) De 29 de Novembro de 1975 até 2 de Outubro de 1978, assistente eventual;

B) De 3 de Outubro de 1978 até 4 de Abril de 1983, assistente.

###### 2 — Carreira técnica superior:

A) De 5 de Abril de 1983 até 16 de Junho de 1987, técnico superior de 2.ª/1.ª classe — LNEC;

B) De 17 de Junho de 1987, data de ingresso no quadro do pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, até 12 de Julho de 1993, desenvolveu a sua actividade na Direcção dos Serviços de Gestão Orçamental e Auditoria como técnico superior principal, até atingir a categoria de assessor de orçamento e conta principal;

C) De 18 de Janeiro de 1994 até 25 de Janeiro de 1995, desenvolveu a sua actividade como assessor na 3.ª Delegação e na Direcção dos Serviços de Gestão Orçamental e Auditoria da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e, no período que medeia entre 1 de Maio e 31 de Julho de 2001, esteve colocado na 1.ª Delegação.

###### 3 — Carreira de dirigente:

3.1 — Vogal da comissão instaladora da Administração Regional de Saúde de Setúbal, nos anos 1993-1994;

3.2 — Chefe de divisão — Direcção-Geral da Contabilidade Pública — 1995-1999;

3.3 — Director de serviços de Gestão Financeira da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo — 1999-2001;

3.4 — Director de serviços Administrativos e Financeiros do Instituto da Conservação da Natureza — 2001-2003;

3.5 — Director da Direcção Financeira e Patrimonial do INFAR-MED (Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento) — 2003-2006;

3.6 — Representante da DGCP-MF na MESA 2 — emprego público/emprego precário (delegação governamental) — 1996; assessor de orçamento e conta principal da DGO/2.ª Delegação — 2006-2007.

##### IV — Outras actividades profissionais:

De Junho de 1985 até 13 de Julho de 1993, desenvolveu a actividade como auditor/consultor ao nível de trabalhador independente numa sociedade de revisores oficiais de contas;

Orador e moderador nalguns seminários promovidos por entidades privadas.

V — Acções de formação/seminários — diversos cursos de formação nas áreas de Administração Pública.

VI — Louvores — por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública foi-lhe prestado público louvor, sendo aquele publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 1998.

VII — Associações profissionais:

Membro efectivo da Ordem dos Economistas;

Sócio do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Despacho n.º 22 815/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Manuel António Teles Grilo Rodrigues de Carvalho afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração do funcionário em lugar a crescer automaticamente ao quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na seguinte situação jurídico-funcional:

Manuel António Teles Grilo Rodrigues de Carvalho, carreira técnica superior, categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, *Alfredo Rodrigues Marques*.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Despacho n.º 22 816/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi António José de Moraes Santos Brás afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração de António José de Moraes Santos Brás em lugar a crescer automaticamente ao quadro de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — técnica superior;

Categoria — técnico superior de 2.ª classe;

Escalão/índice — 1/400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

17 de Julho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Presidente do Conselho Directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, *Francisco Madelino*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### MARINHA

#### Superintendência dos Serviços de Pessoal

#### Direcção do Serviço de Pessoal

#### Repartição de Militarizados e Cívics

#### Despacho (extracto) n.º 22 817/2007

Por despacho de 4 de Setembro de 2007 do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, foram Rui Filipe Rodrigues Gomes, José Carlos Magalhães Marques, Cláudia Sofia Marques Ramalho, João Carlos Nunes Garcez Gomes, Vítor Miguel de Almeida Fernandes, João Paulo de Sousa Pereira e José Augusto Alves Vaz nomeados definitivamente, precedendo aprovação em estágio, técnicos de informática do grau 1, nível 1, o primeiro do escalão 3, o segundo do escalão 2 e os restantes do escalão 1, do quadro do pessoal civil da Marinha da carreira de técnicos de informática do mesmo quadro.

4 de Setembro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Emanuel José de Pinto e Lobo*.

### EXÉRCITO

#### Comando do Pessoal

#### Direcção de Administração de Recursos Humanos

#### Repartição de Pessoal Militar

#### Despacho n.º 22 818/2007

Por despacho de 22 de Agosto de 2007 do chefe da RPM/DARH, por subdelegação do MGEN DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de Março de 2007, foram promovidos ao posto de furriel RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2FUR RC 149 NIM 03697002, Andreia Sofia Moreira da Silva Pereira — 10 de Julho de 2007.

2FUR RC 149 NIM 05112103, Marisa Cristina dos Santos Rosa — 10 de Julho de 2007.

2FUR RC 290 NIM 1919200, Ricardo Manuel Pires Rodrigues — 10 de Julho de 2007.

2FUR RC 624 NIM 04017302, Marlene Sofia Cadilha da Silva — 10 de Julho de 2007.

2FUR RC 609 NIM 17737900, Joaquim Fernando Monteiro Pereira — 10 de Julho de 2007.

22 de Agosto de 2007. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

#### Despacho n.º 22 819/2007

Por despacho de 23 de Agosto de 2007 do chefe da RPM/DARH, por subdelegação do MGEN DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do general CEME, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de Março de 2007, foram promovidos ao posto de primeiro-sargento RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2SAR RC 197 NIM 07880100, Domingos Fernando dos Santos Lopes — 9 de Julho de 2007.

2SAR RC 195 NIM 01951095, Adelaide Maria Guerra Velho Carvalho — 6 de Agosto de 2007.

2SAR RC 609 NIM 03247698, Nuno Miguel Gomes Martins — 3 de Julho de 2007.